

# **Autoavaliação como prática moral no ensino médio:** relato de experiência voltada para a educação em valores no ensino de química

João Paulo Rodrigues da Silva  
Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho  
Gabriela Briquezi de Souza Zan de Moraes

**Como citar:** SILVA, João Paulo Rodrigues da; CARVALHO, Luciana Ramos Rodrigues de; MORAES, Gabriela Briquezi de Souza Zan de. Autoavaliação como prática moral no ensino médio: relato de experiência voltada para a educação em valores no ensino de química. *In:* BENETTI, Eduardo Silva; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; LEPRE, Rita Melissa; LOPES, Lígia Serrano (org.). **Práticas Morais na Escola: a Construção da Autonomia Moral**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 199-214. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-585-8.p199-214>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Autoavaliação como prática moral no ensino médio: relato de experiência voltada para a educação em valores no ensino de química

*João Paulo Rodrigues da SILVA*<sup>1</sup>

*Luciana Ramos Rodrigues de CARVALHO*<sup>2</sup>

*Gabriela Briquezi de Souza Zan de MORAES*<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), em consonância com a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e demais documentos norteadores produzidos a partir deste, estabelece que o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, tem como principal objetivo a formação de cidadãos plenos. Isso implica considerar que, para além dos componentes disciplinares e cognitivos, é necessário trabalhar a di-

<sup>1</sup> Mestre em Ciências. Professor de Química do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Tocantins - IFTO - Câmpus Dianópolis - TO e vinculado ao GEPEDEME – Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Moral e Educação. E-mail: joao.silva@ifto.edu.br

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Câmpus de Assis - SP e vinculada ao GEPEDEME – Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Moral e Educação. E-mail: lrr.carvalho@unesp.br

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Câmpus de Assis - SP e vinculada ao GEPEDEME – Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Moral e Educação. E-mail: gabriela.bsz.moraes@unesp.br

menção humana na constituição dos jovens na escola (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020).

A esse respeito, Puig (1998a) destaca a contribuição do campo da Educação em Valores na promoção do desenvolvimento integral dos sujeitos, apresentando uma teoria de construção da personalidade moral que, segundo o autor, “é essencialmente um processo de construção de si mesmo” (Puig, 1998a, p. 19). Para tanto, Puig (2004) sugere a utilização de ações organizadas, rotineiras e que ensinem a viver valores, denominadas práticas morais. Entre elas, uma possível proposta é a Autoavaliação, uma prática moral que convida o estudante à construção de sua personalidade moral por meio de reflexões mediadas pelo professor.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo relatar e refletir, sobre a prática da autoavaliação com os estudantes de uma turma do segundo ano do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), câmpus Dianópolis, no contexto do Ensino de Química, no primeiro bimestre de 2023, tendo como *corpus* teórico, predominantemente, as obras do autor catalão Josep Maria Puig.

## 2 A CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE MORAL

É comum encontrar textos nos quais ética e moral são tratadas como sinônimos, pois ambos os conceitos têm a mesma raiz etimológica: hábito, costume. Porém, é importante ressaltar que o conceito de moralidade não é consensual, nem conclusivo.

A relação entre ética e moral se manifesta quando consideramos o sentimento de obrigatoriedade criado pela autoimposição moral.

Nossas decisões são tomadas por meio de agregações entre aquilo que é uma norma estabelecida pela sociedade (comprometida com o bem coletivo) com o nosso projeto de vida. Escolhemos um caminho ou outro, dependentes do sentido que damos a nossa existência e a busca ou não por uma vida boa (Senne; Gomes, 2016, p. 4).

Ricoeur (1995) defende a ética como superior à moral, mas reconhece a necessidade da norma moral, ou seja, a moral que integra o coletivo, pois o ser humano é passível de falhas e suscetível ao desejo egoísta. Assim, a moral se torna uma condição necessária à ética, pois uma vida considerada boa não necessariamente é uma vida digna (Frick; Souza, 2014). Portanto, o dever, campo da moral, e a vida que almejamos, campo da ética, têm uma relação intrínseca, e não devem ser desvinculados. O dever que se desvincula da generosidade e da justiça não deve ser considerado moral (Tognetta, 2008).

Os valores, que permeiam as relações sociais, “[...] só são considerados morais se tiverem um compromisso com a construção de uma vida boa para todos em instituições justas” (Senne; Gomes, 2016, p. 5). No entanto, os valores são relativos e variam de acordo com o tempo e contexto histórico. La Taille (2009) ressalta ainda que a formação de valores éticos e morais depende, em grande parte, de uma motivação interna (sentimentos). Dessa forma, a ação moral ocorre a partir do impulso presente nos sentimentos que integram a personalidade do indivíduo.

Esse processo é complexo e possui diversos níveis, desde a aquisição de convenções sociais até a configuração da própria consciência moral autônoma. Esta põe em ação o juízo e a reflexão, e os comportamentos e sentimentos são veiculados por mecanismos de ensino, que impulsionam tanto o desenvolvimento pessoal quanto a transmissão social dos conteúdos ditos morais (Puig, 1998a). Sendo assim, Senne e Gomes (2016) afirmam que a moral é entendida como um processo de construção, tanto de valores, como de conhecimentos e comportamentos, que está ligado diretamente com fatores externos e também internos ao indivíduo. Relaciona-se com a racionalidade, porém também se liga com elementos afetivos e internos.

Puig (1998a), em sua base metodológica, pensa o desenvolvimento moral a partir das interações presentes na sociedade, ampliando a perspectiva racionalista existente na concepção clássica do construtivismo. Ele define a Educação Moral como um processo de construção de si mesmo visando:

[...] formar uma realidade humana complexa que denominamos personalidade moral; que implica trabalhar simultaneamente na formação da consciência moral autônoma, no desenvolvimento de suas capacidades ou procedimentos de reflexão e ação, e finalmente na aquisição dos elementos substantivos que constituem a identidade moral de cada indivíduo (Puig, 1998a, p. 149).

Na escola, a metodologia na construção de valores, segundo Candau (2000), não pode ser reduzida a atividades isoladas, mas deve integrar as várias dimensões da ação educativa. Ela não pode estar desvinculada das práticas sociais e tem que se expressar em saberes e atitudes no exercício da cidadania e do cotidiano em seus variados âmbitos. Deve, além disso, conduzir à autonomia moral que, segundo Puig (1998a), é o reconhecimento da necessidade das normas morais da sociedade, sendo assim, a interiorização do que era exterior à consciência individual.

Nessa perspectiva, o autoconhecimento se mostra um caminho de elevada importância para alcançar a autonomia, sendo este um processo inacabado que implica em uma atividade de auto-observação e de antecipação do futuro, além de uma construção de formas de ser queridas (García; Puig, 2010). Há, nesse contexto, uma nova exigência ética, que se articula com a comunicação e principalmente com o desejo de estabelecer uma comunicação horizontal com o outro (Barrere, 2001).

A Educação Moral tem um viés de construção da personalidade moral, buscando superar a ideia de uma educação moral como adaptação ao meio ou apenas reconhecimento dos próprios valores e aquisição de hábitos virtuosos. Nesse aspecto, aborda uma formação que considera aspectos do procedimento da reflexão, levando a uma formação humana complexa (Puig, 1998a). Em síntese, a Educação Moral é definida como uma tarefa que se realiza com ajuda, tanto dos pares como dos adultos, para que se possa construir e elaborar estruturas da própria personalidade, permitindo a integração no meio social e cultural de forma crítica.

“A educação moral como construção reconhece o momento ou o conteúdo socializador inerente à educação moral, mas considera imprescindível apontar a vertente crítica, criativa e autônoma da moralidade”

(Puig, 1998a, p. 71). A moral necessita de autonomia da personalidade, pois esta se relaciona com a criatividade moral e com a consciência pessoal. Assim, na formação da personalidade moral se insere um processo de construção, em que estão presentes elementos socioculturais já existentes, que apontam caminhos; porém, além disso, se caracteriza também como um processo em que cada indivíduo intervém de forma autônoma, responsável e criativa.

### **3 PRÁTICAS MORAIS**

Como um gesto civilizatório, tanto no seio das famílias quanto nas sociedades como um todo, cada uma a seu modo, as práticas morais sempre serviram como aprendizagem para a boa convivência coletiva. Naturalmente, em tempos modernos, as práticas morais também são aplicadas aos ambientes educacionais, com o objetivo de propiciar no meio escolar, ações que promovam a autonomia moral dos alunos, de maneira que possam conviver e estabelecer relações sociais caracterizadas pela cooperação e harmonia.

Conforme citação de Puig (2004, p. 36), “[...] os alunos não são inteiramente os produtores de seus atos, nem tampouco totalmente determinados pelas forças sociais”. A prática moral não é entendida nem como um processo individual de desenvolvimento de habilidades preexistentes, nem um processo coletivo por meio do qual estruturas sociais determinam e dão forma aos sujeitos. Os alunos devem ser definidos como sujeito morais, imersos em um meio sociocultural, ambiente necessário para a construção de suas condutas morais, bem como onde partilham suas condutas com o meio. Desta maneira, a Educação Moral decorre da construção de um ambiente educacional que expresse valores, conduzindo e envolvendo os sujeitos que o frequentam.

Por seu turno, os docentes “[...] devem ser, talvez acima de tudo, planejadores de práticas morais e construtores de meios educativos com um claro conteúdo moral” (Puig, 2004, p. 12). É papel da prática pedagó-

gica conceber ações que aperfeiçoem e se adaptem às situações específicas, como também planejar ações no sentido de melhorar práticas herdadas, trabalhando sobre o que se encontra incorporado.

Inegavelmente, as práticas devem ser entendidas tanto como produções culturais quanto realizações individuais, pois nesse espaço se dá o cruzamento entre estruturas e agentes. Para Puig (2004, p. 58), uma prática caracteriza-se como um “curso de acontecimentos” mais ou menos estabelecido de antemão do qual participam vários indivíduos. Neste curso, cruzam-se as ações dos diversos indivíduos participantes, estabelece-se direção, ações são encaminhadas.

Naturalmente, como se contam uma variedade de ações, a prática se faz complexa. A força educacional será alavancada pela interação dessas ações e dos sujeitos envolvidos. Como as ações expressam e incorporam valores, esses acabam por as definir. De acordo com Puig (2004, p. 60), “[...] um caminho ou uma trilha de valores convertidos em comportamentos”. As práticas também envolvem rotinização e cooperação, necessárias para a aprendizagem e a convivência. Neste sentido, Puig (2004) ressalta que a ação moral tem a ver com a construção de hábitos, os quais dependem de repetição. Neste contexto, alunos e professores se envolvem como coparticipantes de práticas morais caracterizadas por formas ritualizadas de lidar com situações moralmente importantes.

Evidência Puig (2004) a necessidade de desenvolvimento sistemático de práticas morais no ambiente escolar, que precisam ser inseridas permanentemente na rotina educacional, devendo operar de maneira complementar às demais atividades escolares, caracterizando-se como procedimentais.

Ainda segundo o autor, as práticas procedimentais propiciam autonomia, investigação moral e imaginação, e são classificadas em dois tipos: práticas de reflexividade e práticas de deliberação.

Ademais, as práticas de reflexividade possibilitam caminhos para o autoconhecimento, a autoavaliação, enfim, a construção de si mesmo. Tais práticas tanto servem como instrumentos para o autoconhecimento, como podem propiciar que o sujeito se reconheça em sua singularidade, o que

é essencial “[...] para conduzir a própria vida em ambientes com menor peso da tradição e, ao mesmo tempo, maior pluralidade de formas de vida” (Puig, 2004, p. 99).

Puig (2004) considera práticas escolares de reflexividade aquelas que lidam com a imagem corporal, que analisam mudanças físicas e atitudinais, como também a confecção de textos autobiográficos, entrevistas pessoais, trabalho sobre situações de conflito em que os pontos de vistas e sentimentos são expostos. O autor também cita exercícios de autorregulação, que propiciam a organização psicológica e moral do sujeito, ao tomar maior consciência de si mesmo, e auxiliam na composição do autoconceito, da identidade do eu e do caráter como produto pessoal, “[...] que sintetiza os diversos traços pessoais, atitudes, valores e hábitos em um modo de ser e de se comportar que é próprio e característico de cada indivíduo” (Puig, 2004, p. 100).

No caso das práticas procedimentais de deliberação, segundo o autor, estas propiciam a compreensão do outro. Por meio de argumentos racionais, por meio da tomada de consciência, o sujeito elabora uma compreensão imparcial em face de questões morais que carecem de uma solução por meio do diálogo. Desta maneira, ocorrem trocas de pontos de vista por meio da racionalidade dialogada que é um princípio da deliberação.

#### **4 AUTOAVALIAÇÃO**

No Brasil, a prática da autoavaliação ainda é pouco difundida na rotina escolar do Ensino Médio. Muitos professores desconsideram essa forma de avaliação, pois acreditam que o processo de ensino e aprendizagem deve ser exclusivo do professor (Lopes, 2018).

No entanto, em conformidade com as diretrizes propostas pela BNCC (Brasil, 2018a), concordamos com Fernandes (2008, p. 35) ao afirmar que “[...] se quisermos sujeitos autônomos, críticos, devemos ter consciência de que tal prática deve ser incorporada ao cotidiano dos planejamentos dos professores, do currículo, por fim”.

Nesse contexto, Régnier (2002) esclarece que o processo de autoavaliação vai além de promover autonomia e espírito crítico. Ele também fomenta a autoformação, a autocorreção, o autocontrole, a autorregulação, a responsabilidade, o aprender a aprender e o autoconhecimento. Assim, o autor entende que:

A autoavaliação é um processo cognitivo complexo pelo qual um indivíduo (aprendiz, professor) faz um julgamento voluntário e consciente por si mesmo e para si mesmo, com o objetivo dum melhor conhecimento pessoal, da regulação de sua ação ou de suas condutas, do aperfeiçoamento da eficácia de suas ações, do desenvolvimento cognitivo (Régnier, 2002, p. 5).

Nesse âmbito, de acordo com Grillo e Freitas (2010), a prática avaliativa deixa de ser centralizada no professor e passa a ser compartilhada com o aluno. Isso favorece gradualmente sua autoestima, à medida que ele desenvolve sua capacidade de tomar decisões sobre a aprendizagem. Assim, tanto o professor quanto o aluno ensinam e aprendem em um ambiente de troca mútua e confiança.

No entanto, esses autores ressaltam que a realização do processo de autoavaliação contribuirá significativamente na formação do sujeito somente se a reflexão for conduzida de forma sistemática pelo professor. Adicionalmente, Grillo e Freitas (2010) salientam que autoavaliar também não significa transferir para o aluno a responsabilidade, e sim, dividir com ele o processo avaliativo.

À luz dessas considerações, ao abordarmos a proposta da autoavaliação e sua significativa contribuição para a formação da personalidade moral do indivíduo, reconhecemos que se trata de uma prática pedagógica centrada na dimensão moral. Isso se deve ao fato de que ela não visa apenas à análise objetiva do desempenho ou à avaliação de competências e habilidades, mas também a reflexão e ao aprimoramento do caráter e dos valores morais. Assim, de acordo com os pressupostos de Puig (2004), a autoavaliação pode ser compreendida como uma prática moral.

## 5 O CONTEXTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), campus Dianópolis, está localizado no sudeste do Estado do Tocantins, a 346 km da capital Palmas, próximo às divisas com a Bahia e Goiás. Dianópolis possui uma população estimada de 17.739 habitantes (IBGE, 2022) e os principais setores que movimentam a economia do município e região são comércio, agropecuária e serviços.

O campus de Dianópolis foi estabelecido como parte da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando superar desigualdades socioeconômicas regionais e facilitar o acesso a cursos de formação profissional e tecnológica para melhorar a qualidade de vida da população local.

Os cursos oferecidos pelo campus incluem os Cursos Técnicos de Agropecuária e Informática, integrados ao Ensino Médio, bem como os Cursos Superiores de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Computação e Bacharelado em Engenharia Agrônoma. Além disso, há uma pós-graduação *lato sensu* em Gestão e Tecnologia da Produção Agropecuária.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) são fundamentados na legislação educacional brasileira, incluindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2018b), entre outras normativas. Com base nesse arcabouço legal, esses cursos são orientados por princípios que priorizam a formação integral do estudante, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para uma cidadania plena.

Os currículos estão estruturados em várias etapas: a formação geral básica, que abrange as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018a); a base profissional, que incorpora as áreas técnicas temáticas do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Brasil,

2021); os projetos integradores; e a base diversificada, composta por disciplinas que complementam o conhecimento curricular adaptado às demandas locais.

Na formação geral básica, mais especificamente nas Ciências da Natureza e suas Tecnologias, encontra-se o componente curricular de Química. É nesta disciplina que foi realizada a proposta de autoavaliação.

## **6 – AUTOAVALIAÇÃO COMO PRÁTICA MORAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O professor da disciplina de Química da instituição, considerando as diretrizes da BNCC (Brasil, 2018a), alinhadas aos objetivos estabelecidos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), e sua preocupação com a formação moral dos alunos, optou por implementar a prática da autoavaliação no contexto do Ensino de Química. O docente começou a adotar essa prática em todas as turmas do Ensino Médio desde 2015, quando ingressou na instituição.

No entanto, para os propósitos deste estudo, delimitamos nosso trabalho centrando o relato e reflexão apenas na experiência do professor com uma turma de 21 estudantes do segundo ano do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTO, no primeiro bimestre de 2023.

Diante disso, é de nosso interesse refletir sobre as implicações da prática da autoavaliação na formação integral dos alunos. Será que, de fato, essa proposta favorece a reflexão, o autoconhecimento, a tomada de decisões e a construção da personalidade moral? Nossa hipótese é que sim. Acreditamos que essa prática avaliativa impacta positivamente a formação dos estudantes, promovendo não só o avanço nos aspectos quantitativos relacionados à avaliação objetiva, mas também nas demais capacidades necessárias para a construção do cidadão pleno, conforme os objetivos do Ensino Médio estabelecidos pela BNCC (Brasil, 2018a). Dito isso, passamos à descrição dos procedimentos envolvidos para a execução da proposta elaborada pelo professor.

Em conformidade com as recomendações de especialistas no campo da Educação em valores, o docente de Química elaborou uma prática educacional de forma sistemática, adotando uma abordagem pedagógica planejada, intencional e explícita (Puig, 1998a, 1998b, 2004, 2007; García, Puig, 2010; Arantes, Araújo, Puig, 2007; Tognetta, Lepre, 2022).

De acordo com o PPC do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio, a avaliação da aprendizagem deve levar em consideração o uso de uma variedade de instrumentos, sendo que a aprovação do estudante no componente curricular ocorrerá com uma nota igual ou superior 60.

Dessa maneira, o professor atribuiu notas aos seguintes tipos de avaliações: Prova Bimestral (60 pontos), Listas de Exercícios (10 pontos), Atividade Avaliativa Experimental (20 pontos) e Autoavaliação (10 pontos).

A autoavaliação funciona da segunda forma: ao final do primeiro bimestre do ano letivo de 2023, o professor reservou uma aula de 45 minutos para a realização da última atividade avaliativa. Durante essa sessão, os alunos foram atendidos individualmente pelo docente, enquanto os demais aguardavam sua vez na sala de aula.

Nesse diálogo, o docente tinha em mãos os resultados de todas as avaliações do bimestre, além da frequência e observações referente ao comportamento, entre outros acontecimentos registrados sobre o discente.

A partir disso, o professor deu início à prática da autoavaliação, com a seguinte pergunta: “De acordo com seu comportamento e dedicação na disciplina de Química neste bimestre, quanto você acredita que merece, numa escala de 0 a 10 pontos?” Independentemente da pontuação adotada pelo estudante, o docente questionou: “Por quê?” Com base na resposta, o professor estabeleceu um diálogo, ouvindo a percepção do jovem, buscando compreender as razões pelas quais o estudante atribuiu uma determinada nota.

A partir desse ponto, serão apresentados os principais resultados obtidos com o relato, bem como as reflexões orientadas pelos objetivos definidos previamente.

## 7 PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a prática da autoavaliação realizada no primeiro bimestre de 2023, pelos alunos do segundo ano do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio, o professor observou que a maioria (85,7 %; n = 18) demonstrou uma notável responsabilidade e honestidade na execução da proposta. Eles atribuíram as notas de forma sincera e mostraram-se conscientes de que um maior esforço pode resultar em um desempenho ainda mais satisfatório no bimestre posterior. Como exemplo, destacamos os depoimentos de alguns alunos sobre sua experiência com a autoavaliação:

*“A autoavaliação é um método de avaliação diferenciado dos demais que temos o privilégio de ter apenas na disciplina de química. Além de ser possível a reflexão do aluno sobre todo o seu processo de estudos no decorrer do bimestre, os alunos e o professor têm se beneficiado quanto a validação do esforço individual de cada aluno por meio de uma pontuação. Particularmente, a autoavaliação me dá a chance de melhorar minhas notas em química e me motiva a me esforçar sempre mais na disciplina, para assim, poder atribuir uma melhor pontuação ao meu esforço ao final do bimestre.”*

*“No meu ponto de vista, a autoavaliação bimestral é algo que agrega e ajuda bastante o estudante. Muitas vezes não alcançamos uma nota alta, não é por falta de estudo, mas envolve também problemas pessoais, então eu vejo como algo de suma importância para nós alunos. Inclusive, a autoavaliação já me ajudou demais. Porém, sempre temos que lembrar que precisamos ser honestos na hora de nos avaliarmos.”*

*“A prática da autoavaliação é uma forma muito relevante que propõe ao aluno poder avaliar seu próprio desempenho. É algo que dá a possibilidade de relatar nosso nível de conhecimento, assim como o esforço da parte dos estudantes. Eu como aluna gosto muito desse método, pois não é todo dia que o estudante está bem para realizar uma prova ou uma avaliação bimestral, e acabamos por cometer pequenos erros na avaliação. Erros que não necessariamente foram falta de interesse do aluno, mas sim um pequeno descuido. E para*

*mim a autoavaliação é muito importante neste quesito, de nos proporcionar dar valor ao nosso esforço.”*

*“A autoavaliação é uma prática muito importante, pois nos permite refletir sobre nosso desempenho, identificar áreas de melhoria e reconhecer nossas conquistas. É uma forma de autoconhecimento que nos ajuda a evoluir constantemente e não apenas um meio de receber nota no fim do bimestre.”*

Os depoimentos mencionados anteriormente estão em consonância com os pressupostos de Puig (1998a, 2004), ao reconhecerem a relevância da autoavaliação como prática moral que expressa valores, como a honestidade, responsabilidade, autoconhecimento, diálogo, autonomia e criticidade.

As demais respostas (14,3 %; n = 3) revelaram que os estudantes estavam apenas preocupados com a nota, atribuindo um valor incompatível com seu engajamento e desempenho na disciplina. No entanto, em nenhum momento o docente afirmou que o aluno estava errado; ao contrário, através do diálogo, possibilitou a reflexão de forma que o próprio estudante pudesse perceber seu equívoco.

Vale destacar que esse procedimento usado pelo professor está de acordo com a teoria Puig (1998a, p. 75), que enfatiza a importância de “[...] formar a consciência moral autônoma de cada sujeito e fazê-lo como espaço de sensibilidade moral, de racionalidade e de diálogo [...]”, colocando o aluno como protagonista de seu processo avaliativo. Segundo o docente, esses alunos que foram incoerentes na atribuição das notas foram receptivos à reflexão, reavaliando suas condutas e, ao tomarem consciência, decidiram modificar suas notas por vontade própria para valores compatíveis com seu real aprendizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os problemas morais de forma pessoal e coletiva, permite que sejam melhor entendidos e muitas vezes possibilita sua resolução.

Dessa forma, a construção da personalidade moral acontece a partir de um processo de adaptação à sociedade e a si próprio, porém, esta construção não deve se limitar apenas às pautas sociais e preferências pessoais.

É necessário que haja transmissão de elementos culturais e de valor, porém, é imprescindível a formação de uma consciência moral autônoma, fazendo, assim, um espaço de sensibilidade moral, diálogo e racionalidade, para que isso seja, da vida moral, o último critério. “Por fim, a construção da personalidade moral conclui com a construção da própria biografia como a cristalização dinâmica de valores, como espaço de diferenciação e de criatividade moral” (Puig, 1998a, p. 75). É construir uma vida que valha a pena e que ofereça felicidade a quem usufrui dela.

No que tange às práticas morais, Puig (2004) apresenta práticas que nos permitiram refletir sobre a moral não apenas como um processo de desenvolvimento ou socialização, mas que viabiliza uma intervenção pedagógica que compreenda a ação educacional como instrumento que propicie estabelecer boas relações entre os alunos, relacionando currículo e moralidade. Neste sentido, foi possível conceber práticas que os professores podem lançar mão para que a autonomia desejada seja construída.

As práticas morais têm como finalidade proporcionar aos alunos modos de interagirem uns com os outros, considerando suas diferenças, objetivando melhor convívio entre eles. Tais práticas devem ser desenvolvidas em ambientes que permitam a experimentação de situações que favoreçam aos educandos construírem seus valores morais, momento em que sua autonomia é exercitada, ao tomarem decisões coletivas, aprendendo o respeito mútuo, de modo que tais práticas venham a se tornar intrínsecas aos seus modos de viver e conviver.

Neste contexto, percebe-se como fundamental as condições do ambiente escolar para que a elaboração de práticas morais tenha eficácia. “O ambiente escolar influencia a maneira como os alunos se relacionam e lidam com seus conflitos interpessoais” (Tognetta; Vinha, 2007, p. 13).

Para que os alunos se desenvolvam e aprendam, entende-se como crucial que eles se apropriem de práticas morais. O professor deve reconhecer o potencial dos alunos e deve ter como objetivo constante a construção

da autonomia dos alunos. A prática da autoavaliação pelos próprios educandos é de grande importância para ajudá-los a compreender e apropriar de maneira perene tal conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, V. A.; ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M. **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.
- ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V.; PINHEIRO, V. **Projetos de vida: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais**. São Paulo: Summus Editorial, 2020.
- BARRERE, A. A escola entre a agonia moral e a renovação ética. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 258-277, out. 2001.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 4. ed. Brasília, DF: MEC, 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.º 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: CNE, 2018b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.º 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 set. 2012.
- CANDAU, V. M. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, C. **Indagações sobre currículo: currículo e Avaliação**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria da Educação Básica, 2008.
- FRICK, L. T.; SOUZA, D. B. Projetos bem-sucedidos de valores: relatos de escolas públicas brasileiras. **Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente**, v. 24, n. 3, p. 240-245, jan. 2014.
- GARCÍA, X. M.; PUIG, J. M. **As sete competências básicas para educar em valores**. Trad. Óscar Curros. São Paulo: Summus Editorial, 2010. 182 p.

GRILLO, M. C.; FREITAS, A. S. Autoavaliação: por que e como realizá-la. *In*: GRILLO, M.; C.; GESSINGER, R. M. **Por que falar ainda em avaliação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 45-49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente**. 2022. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal). Acesso em: 5 abr. 2024.

LA TAILLE, Y. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LOPES, I. N. F. A prática da autoavaliação no ensino superior. **ID on line**: Revista de psicologia, Juazeiro do Norte, v. 12, n. 39, p. 839-850, jan. 2018.

PUIG, J. M. **A Construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998a.

PUIG, J. M. Ética e valores: métodos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b.

PUIG, J. M. Aprender a viver. *In*: ARANTES, V. A. (org.). **Educação e valores**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

PUIG, J. M. **Práticas morais**: uma abordagem sociocultural da educação moral. São Paulo: Moderna, 2004.

RÉGNIER, J. C. A auto-avaliação na prática pedagógica. **Revista diálogo educacional**, Paraná, v. 3, n. 6, p. 53-68, maio/ago. 2002.

RICOUER, P. **Da metafísica à moral**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

SENNE, M. N.; GOMES, L. T. A construção da moralidade na escola: uma possibilidade de revisão teórica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2016, Franca. **Resumos** [...]. Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, 2016. p. 1-10.

TOGNETTA, L. R. P. A formação de personalidades éticas: representação de si e moral. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 181-188, jun. 2008.

TOGNETTA, L. R. P.; LEPRE, R. M. Como é que se faz. **Um currículo para a promoção da convivência e prevenção da violência**. Americana: Adonis, 2022.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática**: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007.